

Saulo: se Marronzinho pode por que Sílvio não poderia?

Se Marronzinho pode, por que Sílvio Santos não poderia? O juízo é do ministro da Justiça, Saulo Ramos, ao admitir ontem, em Brasília, como "moral, legal e dentro da ordem democrática" a candidatura do apresentador de TV, a menos de duas semanas da eleição presidencial. "O que interessa é que o povo tenha uma gama enorme de candidatos para escolher. E se o povo votar em Sílvio Santos, o veredito é do povo e a soberania está com o povo. Seja quem for o eleito, será diplomado", garante Saulo Ramos.

O ministro afirmou que a legislação eleitoral permite o surgimento de candidaturas até 24 horas antes do pleito e que não há como atropelá-la enquanto vigorar. Ele admite a possibilidade de impugnação com base no fato de o candidato ser concessionário de um serviço público — a rede de televisão SBT — mas ressalva: "Parece que ele não é diretor. Tem que se discutir, também, a possibilidade desta Lei Complementar nº 5, que foi editada na ditadura, e é de 1970, se ela não está revogada pela Constituição".

Pesquisas — O ministro atacou a tese de que as pesquisas de intenção de voto poderiam servir como referência para o eleitor escolher candidato. Saulo Ramos considera que as pesquisas representam um problema, por refletirem tardiamente o que seria a verdadeira disposição dos eleitores.

"O povo, quando vota, às vezes, é uma caixinha de surpresas. As pesquisas indicam algo e depois, nos últimos dias, vão se corrigindo. Não é que o povo vai mudando nos últimos dias, não; as pesquisas vão se adaptando àquilo que é a verdade da opinião pública e que foi sonegada durante muitos dias, muitos meses antes".

O ministro prevê "muitas surpresas" após o primeiro turno da eleição, atribuindo ao resultado da votação um caráter de tribunal para as pesquisas. Ele acha que se o resultado da eleição desmentir as pesquisas, "é necessário que se indague por que não estavam certas. O erro é excusável ou foi um erro doloso, de propósito?"

Saulo ataca, também, a tese, sustentada por vários líderes políticos e empresários, de antecipar o plebiscito sobre o sistema de Governo em caso de vitória de um candidato de esquerda, como Lula (PT). O plebiscito está marcado para 1993. Saulo rechaça a tese da antecipação apenas em caso de vitória da esquerda: "Seria implantar o parlamentarismo cazuísticamente. Então, se for eleito o Collor ou o Sílvio Santos não tem parlamentarismo, mas se for o Lula vai ter parlamentarismo? Não há regime político que se aperfeiçoe na base do casuismo. O povo, em um plebiscito antecipado, não vai votar contra o presidente que acabou de eleger".